



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106, DE 2022

Altera-se o artigo 2º da Lei
nº 10.820, de 2003.

Altera-se o inciso VII, do artigo 2º da Lei nº 10.820/2003, na Medida
Provisória Nº 1.106, de 17 de março de 2022:

“Art. 2º

VII - desconto, ato de descontar na folha de pagamento ou em momento
anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como
remuneração disponível ou verba rescisória o valor das prestações
assumidas em operação de empréstimo e financiamento.” (NR)

Justificativa

Não é incomum casos em que aposentados e pensionistas têm descontado em suas
folhas de pagamento empréstimos e financiamentos variados. A legislação atual permite
que cartões de crédito descontem em folha, caso autorizado pelo titular da conta.
Contudo, por se tratar de uma despesa que não é fixa, as despesas de cartão de crédito
devem ser retiradas desse rol, com vistas a previsibilidade de renda desta classe.

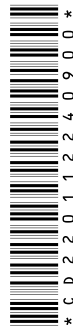
Sala de sessões, em 21 de março de 2022.

Deputado Filipe Barros

Paraná



CD/22011.22409-00



* C D 2 2 0 1 1 2 2 4 0 9 0 0 *